



## **AVALIAÇÃO ATUARIAL**

**INPAS**

**Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores  
Públicos do Município de Petrópolis**

**Novembro de 2015**

**Data base: 31/12/2014**



**Julio Machado Passos**  
**Atuário MIBA nº 1.275**



## Avaliação Atuarial

### INPAS

Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores  
Públicos do Município de Petrópolis

<b>1. Apresentação e objetivo</b>	<b>4</b>
<b>2. Bases cadastrais</b>	<b>5</b>
2.1. Bases de Dados	5
2.2. Análise qualitativa dos dados cadastrais	6
2.2.1. Servidores Ativos	6
2.2.1.1. Resultado da Análise Qualitativa	6
2.2.1.2. Informações ausentes	7
2.2.2. Servidores Inativos	8
2.2.2.1. Resultado da Análise Qualitativa	8
2.2.2.2. Informações ausentes	9
2.2.3. Pensionistas	10
2.2.3.1. Resultado da Análise Qualitativa	10
2.2.3.2. Informações ausentes	10
<b>3. Bases técnicas</b>	<b>12</b>
3.1. Hipóteses Econômicas e Biométricas	12
3.2. Regimes Financeiros e Métodos de Capitalização	14
3.3. Tempo de Contribuição Anterior	15
3.4. Plano de Custeio Vigente	16
3.4.1. Receitas de Contribuição	16
3.4.2. Outras fontes de receita	16
3.5. Plano de Benefícios	16
3.5.1. Aposentadoria por Tempo de Contribuição	17
3.5.2. Aposentadoria por Idade e Compulsória	18
3.5.3. Aposentadoria por Invalidez	19
3.5.4. Aposentadoria Especial	19
3.5.5. Pensão por morte	20



3.5.6 Auxílio-reclusão	21
<b>4. Informações financeiras e econômicas</b>	<b>23</b>
4.1 Compensação Previdenciária	23
4.2 Patrimônio Líquido	23
4.3 Despesas administrativas	24
4.4 Taxa de Crescimento Salarial	25
4.5 Taxa de Crescimento dos Benefícios	27
<b>5. Resultados Atuariais</b>	<b>28</b>
5.1. Compensação Financeira Previdenciária	28
5.2 Valor Presente dos Benefícios Futuros (VPBF)	30
5.3 Valor Presente dos Salários Futuros	30
5.4 Valor Presente das Contribuições Futuras	31
5.5. Plano de Custeio – Método Agregado	32
5.6. Plano de Custeio – Método PUC	33
5.7. Reservas Matemáticas e Saldo Atuarial	34
<b>6. Política de Investimentos</b>	<b>37</b>
<b>7. Rentabilidade dos Investimentos</b>	<b>37</b>
<b>8. Parecer Atuarial</b>	<b>38</b>
<b>Anexo I</b>	<b>42</b>
<b>Anexo II</b>	<b>44</b>
<b>Anexo III</b>	<b>47</b>
<b>Anexo IV</b>	<b>49</b>

## 1. Apresentação e objetivo

---

Através do presente estudo atuarial realizamos a avaliação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos municipais de Petrópolis, administrado pelo INPAS - Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Petrópolis.

Os dados para este estudo foram extraídos do banco de dados do RPPS, o qual possui as condições e elementos necessários para o trabalho a ser realizado.

Este relatório apresenta um diagnóstico do sistema previdenciário sob a ótica atuarial mensurando o valor das Reservas Matemáticas e de um possível Déficit ou Superávit Atuarial. Também são apontadas as alíquotas de contribuição necessárias para o Equilíbrio Atuarial.

Os cálculos se basearam em metodologias e formulações consagradas, as quais atendem as normas gerais previstas na legislação federal, vigente.

## 2. Bases cadastrais

### 2.1. Bases de Dados

As informações individuais dos servidores constituem as informações mais importantes para um cálculo atuarial confiável e consistente. As variáveis como data de nascimento, data de ingresso no serviço público e vencimentos são essenciais para determinar a data em que os servidores irão adquirir o direito aos benefícios e o valor dos mesmos.

Os cálculos foram realizados com a data base de 31 de dezembro de 2014. A base cadastral de dezembro de 2014 foi recebida pela VPA em maio de 2015.

Foram utilizadas informações individuais dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas:

Situação da População Coberta	Quantidade		Idade Média	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Ativos	4.874	1.946	45	47
Aposentados por Tempo de Contribuição ou idade	1.348	446	66	72
Aposentados por Invalidez	59	38	55	61
Pensionistas	506	156	65	55

Situação da População Coberta	Folha mensal (R\$)		Remuneração Média (R\$)	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Ativos	14.112.050,39	5.528.826,89	2.895,37	2.841,12
Aposentados por Tempo de Contribuição ou idade	4.286.588,47	1.354.700,00	3.179,96	3.037,44
Aposentados por Invalidez	91.277,10	67.875,52	1.547,07	1.786,20
Pensionistas	828.922,61	255.894,29	1.638,19	1.640,35

Na análise comparativa com a base de dados utilizada na Avaliação Atuarial anterior foi constatada uma variação nominal da folha mensal de segurados ativos em 10,84%, e a quantidade de segurados aumentou 10,68%. Na folha de inativos ocorreu outra variação de 13,94%, no mesmo período, e aumento de 4,59% na quantidade de aposentadorias. Na folha mensal dos pensionistas houve uma variação positiva de 9,88% e de 1,69% na quantidade.

Dados		Dezembro/2013	Dezembro/2014	Variação
Quantidade	ativos	6.162	6.820	10,68%
	inativos	1.808	1.891	4,59%
	pensionistas	651	662	1,69%
Folha mensal (R\$)	ativos (SRC)	17.719.426,63	19.640.877,28	10,84%
	ativos (SRB)	17.719.426,63	16.197.655,63	-8,59%
	inativos	5.090.578,10	5.800.441,09	13,94%
	pensionistas	987.290,17	1.084.816,90	9,88%
Valor médio (R\$)	ativos (SRC)	2.875,60	2.879,89	0,15%
	ativos (SRB)	2.875,59	2.375,02	-17,41%
	inativos	2.815,59	3.067,39	8,94%
	pensionistas	1.516,57	1.638,70	8,05%

## 2.2 Análise qualitativa dos dados cadastrais

### 2.2.1. Servidores Ativos

#### 2.2.1.1. Resultado da Análise Qualitativa

A tabela a seguir aponta as quantidades de registros detectados, através dos procedimentos de crítica dos dados. É importante observar que a ocorrência de algumas destas informações poderão implicar em inconsistências nos dados da população abrangida.

Teste Lógico	Ocorrências	Percentual
Idade inferior a 18 anos	0	0,00%
Admissão após CRFB/88 e idade na posse inferior a 18	1	0,01%
Admissão antes CRFB/88 e idade na posse inferior a 14	2	0,03%
Data de nascimento posterior à data da posse	2	0,03%
Data de nascimento igual à data da posse	0	0,00%
Salário de referência de benefício superior ao Salário de referência de contribuição	186	2,73%
Salário inferior ao salário mínimo federal	381	5,58%
Salário superior ao teto do funcionalismo público (R\$28.059,29)	0	0,00%
Salário de referência de benefício não informado	0	0,00%
Idade de início contribuição inferior a 14 anos	229	3,36%
Idade inferior a 18 anos	0	0,00%

### 2.2.1.2. Informações ausentes

A tabela a seguir apresenta as quantidades de informações ausentes no arquivo, separadamente por campo.

Solicitados	Ausências	Percentual
Matrícula	1	0,01%
Data de nascimento	0	0,00%
Data de ingresso no serviço público	0	0,00%
Data de ingresso no último cargo	0	0,00%
Tempo de serviço vinculado a outro RPPS	0	0,00%
Tempo de serviço vinculado ao INSS	0	0,00%
Sexo	0	0,00%
Estado Civil	0	0,00%

Solicitados	Ausências	Percentual
SRC - salário de referência de contribuição	372	5,45%
SRB - salário de referência de benefício	502	7,36%
Tipo de cargo	0	0,00%
Enquadramento no §4º, art. 40 da Constituição	0	0,00%
Órgão	0	0,00%
Plano	6822	100%

## 2.2.2. Servidores Inativos

### 2.2.2.1. Resultado da Análise Qualitativa

A tabela a seguir aponta as quantidades de registros detectados, através dos procedimentos de crítica. É importante observar que algumas destas informações poderão estar inconsistentes.

Teste Lógico	Ocorrências	Percentual
Idade na data de início de benefício superior a 70	52	2,75%
Mulher aposentada, que não seja invalidez, antes de completar 45 anos	0	0,00%
Homem aposentado, que não seja invalidez, antes de completar 50 anos	0	0,00%
Aposentado por invalidez de idade inferior a 18 anos	0	0,00%
Data de nascimento posterior à data da posse	0	0,00%
Data de nascimento igual à data da posse	0	0,00%
Data de nascimento igual à data de início de benefício	0	0,00%
Data de início de benefício igual à data da posse	0	0,00%
Data de início de benefício posterior à data base dos dados	0	0,00%
Data de admissão posterior à data de início de benefício	0	0,00%
Admissão após CRFB/88 e idade na posse inferior a 18	0	0,00%



Teste Lógico	Ocorrências	Percentual
Admissão antes CRFB/88 e idade na posse inferior a 14	12	0,63%
Idade de início contribuição inferior a 14 anos	44	2,33%
Valor do benefício inferior ao salário mínimo federal	1	0,05%
Valor do benefício superior ao teto funcionalismo público	0	0,00%
Data de nascimento inconsistente	0	0,00%

### 2.2.2.2. Informações ausentes

A tabela a seguir apresenta as quantidades de informações ausentes no arquivo, separadamente por campo.

Solicitados	Ausências	Percentual
Matrícula	0	0,00%
Data de nascimento	0	0,00%
Data de início do Benefício	0	0,00%
Data de admissão	0	0,00%
Tipo de aposentadoria	2	0,11%
Enquadramento no §4º, art. 40 da Constituição	0	0,00%
Valor do benefício	0	0,00%
Sexo	0	0,00%
Estado civil	0	0,00%
Tempo de serviço vinculado a outro RPPS	0	0,00%
Tempo de serviço vinculado ao INSS	0	0,00%
Órgão	0	0,00%
COMPREV situação	0	0,00%
COMPREV valor pro - rata	0	0,00%
Doença incapacitante enquadrado no §21, art. 40 Constituição	0	0,00%

Solicitados	Ausências	Percentual
Plano	1891	100%
Tipo de Cargo	0	0,00%

### 2.2.3. Pensionistas

#### 2.2.3.1. Resultado da Análise Qualitativa

A tabela a seguir aponta as quantidades de registros detectados, através dos procedimentos de crítica dos dados. É importante observar que algumas destas informações poderão estar inconsistentes.

Teste Lógico	Ocorrências	Percentual
Data de nascimento posterior à data de início de benefício	415	62,69%
Pensionista vitalício com idade inferior a 18 anos	0	0,00%
Pensionista temporário com idade superior a 21 anos	0	0,00%
Data de Início de Benefício inconsistente	0	0,00%
Valor recebido pelo pensionista superior ao teto do funcionalismo público	0	0,00%

#### 2.2.3.2. Informações ausentes

A tabela a seguir apresenta as quantidades de informações ausentes no arquivo, separadamente por campo:

Solicitados	Ausências	Percentual
Matrícula	0	0,00%
Tipo de cargo do instituidor da pensão	0	0,00%
num identificador do pensionista	0	0,00%



Solicitados	Ausências	Percentual
Data de nascimento	0	0,00%
Data de início do Benefício	0	0,00%
Tipo de Pensão	0	0,00%
Valor do benefício	0	0,00%
Sexo	0	0,00%
Órgão	0	0,00%
COMPREV situação	0	0,00%
COMPREV valor pro - rata	0	0,00%
Doença incapacitante enquadrado no §21, art. 40 Constituição	0	0,00%
Vínculo com servidor	0	0,00%
Plano	662	100%
Pensionista inválido	0	0,00%

### 3. Bases técnicas

---

As bases técnicas são compostas pela metodologia de cálculo estabelecida na Nota Técnica Atuarial, pelos Regimes Financeiros, pelos Métodos de Financiamento e por hipóteses econômicas, estatísticas e biométricas que devem ser adequadas ao RPPS e às características dos segurados. A partir das bases técnicas o atuário calcula e mensura os recursos (patrimônio) necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos (compromissos) pelo respectivo Plano de Benefícios e determina formas de financiar tais necessidades de capital.

#### 3.1 Hipóteses Econômicas e Biométricas

A hipótese de rotatividade é utilizada para estimar a saída de segurados ativos por exoneração ou demissão. Seu efeito imediato nos cálculos atuariais é a redução dos compromissos do plano em decorrência de saída. Por força da Compensação Previdenciária os servidores desligados do plano, ainda em atividade, acarretarão em despesas futuras. Por este motivo a hipótese de rotatividade não foi utilizada nos cálculos por ser inadequada a este Plano de Benefício.

No âmbito do serviço público o ingresso de futuros segurados ativos se dá pela realização de concurso público. A realização destes concursos e sua frequência são decorrentes das necessidades de recomposição do quadro de servidores nas funções e atividades eminentemente executadas pela municipalidade, conforme a Constituição Federal. Devido à ausência de periodicidade na realização de concursos públicos, pela impossibilidade de planejamento destes em médio ou longo prazo, e pelas constantes modificações na gestão pública em função de novas tecnologias e metodologias, o presente estudo não estimou populações futuras de segurados ativos.

As hipóteses biométricas compreendem as Tábuas de Composição Familiar, Tábuas de Probabilidades de Mortalidade Geral, de Mortalidade de Inválidos e de entrada em invalidez permanente. As hipóteses econômicas são compostas pela

Taxa de Inflação, Taxa Real Anual de Retorno de Investimentos (taxa de juros), Taxa Real Anual de Crescimento Salarial, Taxa Real Anual de Crescimento dos Benefícios, Taxa Real Anual de Crescimento do Benefício Máximo do INSS e Taxa de Despesas Administrativas.

A Tábua de Entrada em Invalidez Permanente utilizada foi a Álvaro Vindas, enquanto para a Composição Familiar foi adotada uma Tábua de Experiência. Conforme exigência da Portaria MPS nº 403/2008, foram utilizadas as Tábuas atuais de Mortalidade Geral e de Mortalidade de Inválidos elaboradas pelo IBGE, especificamente a IBGE-2012.

Para a Taxa de Inflação foi escolhido o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, auferido mensalmente pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por ser considerado aquele que melhor representa a variação salarial dos servidores públicos. O INPC também é um indexador para os benefícios que não apresenta paridade de reajuste, o que se alinha com a política de investimentos.

A Taxa Real Anual de Retorno de Investimentos em composição com o Índice de Inflação define a meta atuarial de retorno de investimentos. O valor utilizado nos cálculos é para essa taxa real foi de 6,0% ao ano, o máximo permitido em lei.

Para a Taxa Real Anual de Crescimento Salarial foi considerado o valor de 1,0% ao ano para o cálculo, que é o mínimo permitido pela legislação federal. O item 4.4 exhibe a justificativa do valor da taxa utilizada.

Para a Taxa Real Anual de Crescimento dos Benefícios, foi considerado o valor de 0% ao ano para o cálculo, cuja justificativa encontra-se no item 4.5 deste relatório.

A Taxa de Despesas Administrativas adotada no cálculo foi de 2,00%, conforme informado pelo RPPS.

A seguir encontra-se um quadro com o resumo das principais características das hipóteses financeiras e biométricas do Plano.

Premissas	Avaliação anterior	Avaliação atual	Comentário
Rotatividade	Não aplicado	Não aplicado	Mantido
Geração futura de novos entrados	Não aplicado	Não aplicado	Mantido
Composição Familiar	Tábua de experiência	80%	Alterado
Tábua de mortalidade	IBGE-2011*	IBGE-2012*	Alterado
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Mantido
Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE-2011*	IBGE-2012*	Alterado
Inflação	INPC	INPC	Mantido
Taxa Real Anual de Retorno de Investimentos	6%	6%	Mantido
Taxa Real Anual de Crescimento Salarial	1%	1%	Mantido
Taxa Real Anual de Crescimento do Benefício	0%	0%	Mantido
Taxa de Despesas Administrativas	2%	2%	Mantido

\*Conforme a portaria 403: "Art.6º: (...) Tábua atual de mortalidade elaborada para ambos os sexos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas –IBGE, divulgada no endereço eletrônico do MPS (...), como limite mínimo de taxa de sobrevivência."

### 3.2 Regimes Financeiros e Métodos de Capitalização

Os benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Aposentadoria por Idade, Aposentadoria Compulsória e Pensão gerada por morte de inativos são financiados pelo Regime de Capitalização. Tal característica é justificada por serem benefícios de prestação continuada cujos valores são expressivos. As aposentadorias são benefícios programados, enquanto as pensões que se desdobram destes benefícios somente serão concedidas depois de encerrado o período programado que precede a aposentadoria. O presente estudo utilizou o método Agregado como método de capitalização.

Já os benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Pensão gerada por morte de ativos são financiados por Repartição de Capitais de Cobertura, pois são considerados benefícios de risco. Além disto, também são benefícios de prestação continuada e de valor expressivo.

Para benefícios como os descritos anteriormente, é utilizada a formação coletiva de reservas financeiras com o objetivo de suportar o impacto que poderá advir em consequência de concessões dos mesmos (benefícios), em especial nas reservas financeiras do Regime, diante da ocorrência de fatores atípicos.

O benefício de Auxílio-reclusão será tratado pelo Regime Financeiro de Repartição Simples devido ao seu caráter aleatório de baixa incidência, ao seu valor não muito expressivo e a sua temporalidade.

O quadro a seguir resume os Regimes Financeiros e o Método de Capitalização adotado para financiar cada tipo de benefício, conforme a Nota Técnica Atuarial.

<b>Benefícios</b>	<b>Regime Financeiro</b>	<b>Método de capitalização</b>
Aposentadoria por tempo de contribuição	Capitalização	Agregado
Aposentadoria por idade	Capitalização	Agregado
Aposentadoria por Invalidez	Repartição de capitais de cobertura	--
Aposentadoria compulsória	Capitalização	Agregado
Auxílio-reclusão	Repartição simples	--
Pensão por morte de ativos	Repartição de capitais de cobertura	
Pensão por morte de inativos	Capitalização	Agregado
Salário-Família	Repartição simples	--

### 3.3 Tempo de Contribuição Anterior

O RPPS informou o tempo de contribuição de servidores ativos e inativos anterior ao ingresso no município. Dentre tais informações, 32,76% foram considerados inconsistentes ou ausentes. Em caso de ausência ou inconsistência da informação

foi estimado em 1.884 dias o tempo de contribuição anterior dos servidores, conforme experiência de outros RPPS.

### **3.4 Plano de Custeio Vigente**

São consideradas componentes do Plano de Custeio todas as fontes de receitas do Regime Próprio de Previdência.

#### **3.4.1 Receitas de Contribuição**

A legislação municipal determina a contribuição dos servidores ativos em 11,00%. Os inativos e pensionistas contribuem com o mesmo percentual, porém somente sobre a parcela do valor do benefício que superar o teto do INSS.

A alíquota de contribuição do Patronal é de 22,00% sobre a folha dos servidores ativos, conforme determina Lei Municipal nº 6303/06

#### **3.4.2 Outras fontes de receita**

Também poderão compor receitas do INPAS os rendimentos patrimoniais, aportes dos Entes Públicos Municipais, valores a receber a título de Compensação Previdenciária e, ainda, o excedente de capitalização das reservas financeiras.

### **3.5 Plano de Benefícios**

A legislação municipal prevê os seguintes benefícios a serem administrados pelo RPPS:

#### **Quanto ao segurado**

- Aposentadoria por tempo de contribuição
- Aposentadoria por idade



- Aposentadoria por invalidez
- Aposentadoria compulsória
- Aposentadoria especial
- Salário-Família

### **Quanto ao dependente**

- Pensão por morte
- Auxílio-reclusão

É considerado segurado do plano todo o servidor ativo efetivo, o servidor ativo estável, o servidor inativo e o pensionista cujo benefício seja de responsabilidade do Regime Próprio de Previdência.

São considerados como dependentes do servidor o cônjuge, a companheira ou o companheiro em qualquer idade, desde que comprovada tal união perante o RPPS, filhos não emancipados com idades menores que 21 anos, ou considerados perante o Código Civil como maiores e capazes, ou inválidos. Na ausência dos dependentes, anteriormente relacionados, os pais do servidor serão considerados dependentes para efeito de recebimento dos benefícios, desde que atendidas às normas legais vigentes.

#### **3.5.1 Aposentadoria por Tempo de Contribuição**

Trata-se de benefício de renda mensal, de opção voluntária, programado, vitalício e de prestação continuada, concedida aos segurados desde que atendido o intervalo de tempo de contribuição para sua obtenção. Este benefício terá o abono natalino (13º benefício). O direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição é adquirido após o servidor cumprir as exigências: idade mínima; tempo mínimo de contribuição; tempo mínimo no exercício de atividade no serviço

público; tempo mínimo de período na carreira. Esses tempos variam conforme o sexo do segurado e data de ingresso no serviço público.

A partir da vigência da Emenda Constitucional nº 41, aprovada em dezembro de 2003, os servidores passaram a ter no artigo 40 da Constituição diferentes modalidades de aposentadoria em função da data de ingresso no serviço público, do sexo, da atividade exercida, dos tempos efetivos no cargo e na carreira.

### **3.5.2 Aposentadoria por Idade e Compulsória**

É um benefício de renda mensal, voluntário ou compulsório, programado, vitalício e de prestação continuada, concedido aos segurados com base na média do tempo contributivo. Este benefício também obriga ao pagamento do abono natalino (13º benefício). O direito ao benefício é adquirido após o servidor atingir a idade mínima necessária.

Este benefício possui duas modalidades: voluntária e compulsória.

Na modalidade voluntária os servidores do sexo masculino e feminino adquirem o direito ao atingir a idade de 65 ou 60 anos, respectivamente. Àqueles que têm tempo de contribuição, exclusivamente como efetivo exercício na função de magistério, na educação infantil e no ensino fundamental e médio terão a idade mínima reduzida em 5 anos.

O valor do benefício será calculado com base na última remuneração-de-contribuição como ativo ou na média das remunerações-de-contribuição desde julho de 1994 e terá valor proporcional ao tempo de contribuição.

Já na modalidade compulsória, o benefício é concedido ao segurado ativo que completar 70 anos. O valor do benefício será calculado com base na última remuneração-de-contribuição como ativo ou na média das remunerações-de-contribuição desde julho de 1994 e terá valor proporcional ao tempo de

contribuição, ressaltando-se a garantia de recebimento mínimo ao salário mínimo federal vigente.

### **3.5.3 Aposentadoria por Invalidez**

É considerado um benefício de renda mensal, involuntário, que iniciou devido a uma situação imprevista, vitalício e de prestação continuada, concedido aos segurados mediante a consecução de alguns fatores. Este benefício contém o abono natalino (13º benefício).

O direito ao benefício é adquirido após o servidor se tornar incapaz, permanentemente, para a vida laborativa. Por ter caráter aleatório é considerado benefício de risco e a data de sua concessão é imprevisível ou não programada. Os servidores que estiverem durante 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, percebendo o benefício de auxílio-doença serão considerados aposentados por invalidez para efeito deste estudo atuarial, aderente às regras praticadas no INSS.

O valor do benefício será equivalente à última remuneração-de-contribuição como ativo nos casos caracterizados com invalidez motivada por doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, ou por acidente de trabalho. Nos demais casos, o benefício será calculado com base na última remuneração-de-contribuição como ativo e terá valor proporcional ao tempo de contribuição.

### **3.5.4 Aposentadoria Especial**

O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista nesta Lei, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em 05 (cinco) anos.

São consideradas funções de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em

seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

É considerado o benefício para o parto ou nascimento ocorridos a partir da 23ª semana de gestação, inclusive natimorto.

O valor será equivalente à última remuneração-de-contribuição.

### **3.5.5 Pensão por morte**

Considerado um benefício de renda mensal, involuntário, aleatório, vitalício ou temporário e de prestação continuada concedido aos dependentes dos segurados. Este benefício terá o abono natalino (13º benefício). O direito ao benefício é adquirido a partir da data de falecimento do segurado, ativo ou inativo. Em caso de morte presumida, o benefício será concedido atendidas as formalidades legais.

Por ter caráter aleatório, é considerado benefício de risco, bem como a data de sua concessão é imprevisível.

O benefício será temporário para o filho ou filha que não sejam inválidos e cessará quando o dependente completar 21 anos ou quando de seu falecimento ou sua emancipação.

Para os demais dependentes o benefício será vitalício.

O benefício cujo direito foi adquirido após 31 de dezembro de 2003 terá seu valor equivalente à última remuneração-de-contribuição do segurado, enquanto ativo ou, ao último provento do segurado enquanto inativo, com redução de 30% da parcela que exceder ao benefício máximo do Regime Geral de Previdência Social.

### 3.5.6 Auxílio-reclusão

Com características de benefício de renda mensal, involuntário, aleatório e temporário, o auxílio reclusão é concedido aos dependentes dos segurados ativos de baixa renda e possui a finalidade de assegurar uma renda mínima devido à perda temporária da remuneração do segurado por motivo de reclusão.

Por ter caráter aleatório é considerado benefício de risco e a data de sua concessão é imprevisível. O benefício cessará caso o segurado sofra desvinculação do Regime Próprio de Previdência Social por meio de decisão transitada em julgado.

Os dependentes cujo segurado perceba remuneração superior ao dobro do piso salarial municipal não terão direito ao benefício.

O valor será equivalente à última remuneração-de-contribuição anterior a data do evento causador.

Além das situações descritas anteriormente, este auxílio cessará nos seguintes casos:

Perda da condição de dependente por:

- Fim da invalidez ou falecimento do dependente;
- Emancipação do dependente;
- Atingir 21 anos de idade.

### 3.5.7 Salário-Família

É uma remuneração mensal, imprevisível antes da gravidez ou nascimento, sendo temporário e concedido aos segurados ativos que possuam filhos menores de 15 anos. Possui caráter social e de assistência, visando auxiliar o segurado de baixa renda para a criação e manutenção do(s) filho(s).



O direito ao benefício é adquirido a partir do nascimento do filho. Por ter caráter aleatório é considerado benefício de risco e a data de sua concessão é imprevisível.

## 4. Informações financeiras e econômicas

---

### 4.1 Compensação Previdenciária

Conforme o artigo 11 da Portaria nº 403, do MPS - Ministério da Previdência Social, descrito a seguir:

*“Poderão ser computados, na avaliação atuarial, os valores a receber em virtude da compensação previdenciária pelo RPPS que, na condição de regime instituidor, possua convênio ou acordo de cooperação técnica em vigor para operacionalização da compensação previdenciária com os regimes de origem.”*

O RPPS informou o valor do fluxo Comprev pro-rata, que foi utilizado no processo do cálculo atuarial:

**Tabela 4.1** (valores em reais)

	Comprev
Médio pro-rata (dez/2014)	R\$ 272,57

### 4.2 Patrimônio Líquido

Conforme o artigo 17 da Portaria nº 403 descrito a seguir:

*“§5º: Poderão ser incluídos como ativo real líquido os créditos a receber do ente federativo, desde que:*

*I - os valores estejam devidamente reconhecidos e contabilizados pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS;*

*II – os valores tenham sido objeto de parcelamento celebrado de acordo com as normas gerais estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social; e*

*III – o ente federativo esteja adimplente em relação ao pagamento das parcelas.”*

**Tabela 4.2**

	Total
Aplicações financeiras e disponibilidades conforme DAIR	2.554.687,28
Créditos a receber conforme art. 17, §5º da Portaria MPS 403/2008	10.210.629,89
Propriedades para investimentos (imóveis)	0,00
Direitos sobre royalties	0,00
Demais bens, direitos e ativos	16.102.050,86
<b>Total</b>	<b>28.867.368,03</b>

#### 4.3 Despesas administrativas

A Taxa para despesas administrativas é de 2,00% das remunerações, proventos e pensões do exercício financeiro anterior. Sua aplicação se dá em função da folha de contribuição dos servidores ativos. Foram utilizadas as informações disponibilizadas de folhas de ativos e benefícios de dezembro de 2014.

**Tabela 4.3.1**

	Valor
Folha de ativos no ano de 2014 conforme DIPR	268.394.814,53
Folha de benefícios no ano de 2014 conforme DIPR	24.967.409,56
Soma de folhas de ativos e benefícios de 2014	293.362.224,09
2% da soma de folhas de ativos e benefícios de 2014	5.867.244,48
Valor Presente dos Salários projetados para 2015	246.050.673,46

O valor de R\$ 5.867.244,48 equivale a 2% da folha de ativos e inativos e esse valor dividido pelo VPSF total é igual a 2,38%. Por isto pode-se afirmar que, para



manter a Taxa Administrativa de 2% se tem Custo de 2,38% sobre a folha de contribuição de ativos e benefícios.

#### **4.4 Taxa de Crescimento Salarial**

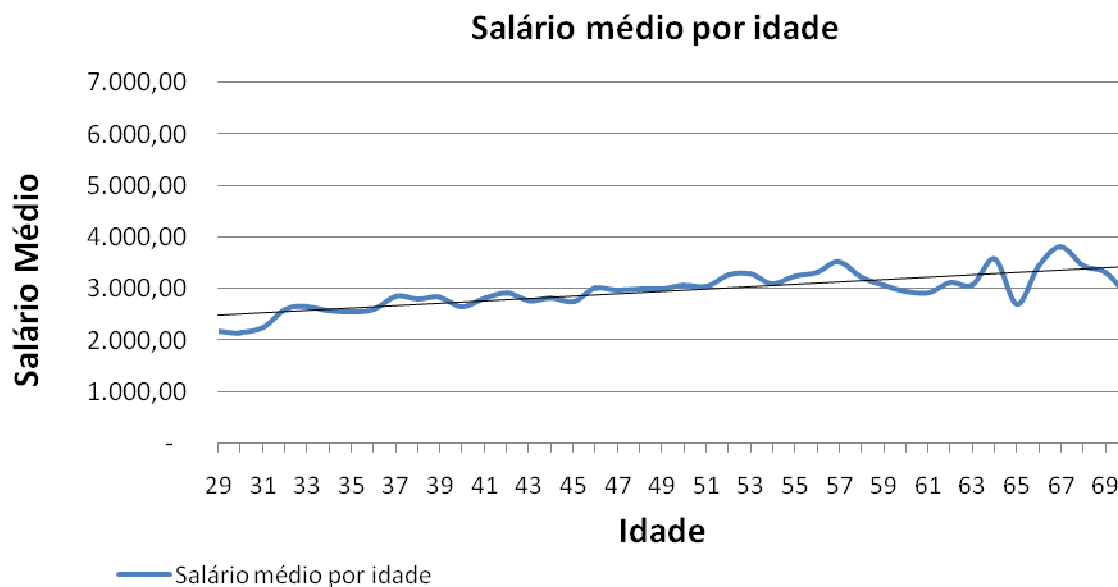
Para estimar a média de crescimento real dos salários dos servidores durante toda a carreira no serviço público municipal, foi aplicado o método descrito a seguir.

Foi calculado o salário médio por faixa etária, a partir do qual foi traçada uma reta de regressão através de um modelo de regressão linear simples (Método dos Mínimos Quadrados).

A partir desta reta, considerando-se a idade esperada de saída da ativa como sendo 65 anos, foi calculada a taxa nominal esperada de evolução salarial por idade até 65 anos.

A média das taxas nominais anuais por idade encontrada foi de 1,1372%, a qual foi comparada com a expectativa de inflação para que seja encontrada a taxa real média de crescimento salarial anual.

Foi levada em consideração a expectativa de inflação no valor de 4,5% para os próximos 5 anos, aderente à expectativa do Sistema de Metas para a Inflação do Banco Central do Brasil.



Logo, a taxa real de crescimento salarial por idade encontrada é expressa pelo valor  $-3,3628\%$ , que é inferior à taxa real mínima aceita de  $1,00\%$  ao ano definida na Legislação Federal. Por este motivo aplicou-se a taxa mínima de  $1,00\%$  ao ano. O gráfico a cima ilustra o crescimento nominal do salário, por faixa etária.



#### 4.5 Taxa de Crescimento dos Benefícios

A Taxa Real Anual de Crescimento dos Benefícios foi considerada como 0,0% ao ano. Os benefícios que têm seu reajuste pelas regras de paridade têm a mesma taxa média esperada de crescimento dos salários. Como a estimativa da taxa real anual de crescimento salarial é um valor negativo, o valor da Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios destes benefícios foi considerado 0,0%. Os benefícios que não se enquadram nas regras de paridade de reajuste têm seus valores evoluídos conforme a inflação. Por este motivo seu crescimento real é zero.

## 5. Resultados Atuariais

---

Os resultados basearam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida e considerou suas características financeiras e demográficas, hipóteses e premissas econômicas e biométricas.

### 5.1. Compensação Financeira Previdenciária

A Compensação Previdenciária, conhecida por COMPREV, ocorre entre regimes de previdência social. A lei regulamentou a compensação entre o Regime Geral de Previdência Social – RGPS e os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. Porém, ainda não há regulamentação desta compensação entre os regimes próprios.

A compensação se torna necessária a partir do momento em que um trabalhador, ao tomar posse em cargo efetivo, ou ao ser exonerado de cargo efetivo, migra de um sistema de previdência social para outro. O sistema no qual o trabalhador ingressou é denominado regime instituidor e o regime de filiação anterior é denominado regime de origem.

A COMPREV visa ressarcir o regime instituidor pelas contribuições do trabalhador a outro regime. O repasse de valores será realizado somente a partir da concessão do benefício, seguindo a metodologia de financiamento do RGPS por Repartição Simples.

Ela é realizada somente em relação aos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez em decorrência de doença grave, contagiosa ou incurável, moléstia profissional ou acidente de trabalho e pensão por falecimento destes aposentados. Somente os benefícios concedidos a partir da publicação da Constituição Federal, desde que em manutenção em 06 de maio de 1999, serão frutos de compensação.

Os repasses são mensais e vitalícios e devidos a partir da concessão do benefício. Os repasses devidos e não realizados são considerados fluxos passados e segregados em duas parcelas: Lote de Estoque (fluxo entre outubro de 1988 e abril de 1999) e Compensação Previdenciária em Atraso (a partir de maio de 1999).

**Tabela 5.1** (valores em reais)

Grupo	Compensação Previdenciária
(+) Servidores Ativos	155.380.669,10
(+) Aposentados e Pensionistas	133.026.236,96
Lote de Estoque	11.175.466,45
COMPREV Passada	33.916.972,39
Valor Presente do Fluxo Mensal Futuro	87.933.798,11
(=) Compensação Previdenciária a receber total	288.406.906,06
Valor limite PT 403 art. 11, §5º	253.621.223,07

Valores em reais

O Valor Presente da compensação previdenciária futura a receber da população estudada, discriminada por benefícios, encontra-se na tabela anterior. O valor total de COMPREV é resultado da soma do total da próxima tabela com os valores de Lote de Estoque e COMPREV Passada da tabela anterior.

**Tabela 5.2** (valores em reais)

Benefício	Plano Previdenciário
<b>Total</b>	<b>243.314.467,21</b>
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>155.380.669,10</b>
Aposentadoria Normal	132.135.187,68
Pensão decorrente da Aposentadoria Normal	22.105.566,95
Aposentadoria por Invalidez	0,00
Pensão decorrente da Aposentadoria por Invalidez	0,00
Pensão já concedida	1.139.914,47
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>87.933.798,11</b>
Aposentadoria Normal	56.838.220,61
Pensão decorrente da Aposentadoria Normal	12.749.905,25
Aposentadoria por Invalidez	0,00
Pensão decorrente da Aposentadoria por Invalidez	0,00
Pensão já concedida	18.345.672,25

## 5.2 Valor Presente dos Benefícios Futuros (VPBF)

O Valor Presente dos Benefícios Futuros é o valor atual posicionado na data base de todas as obrigações futuras, a serem pagas aos servidores aposentados – incluindo os servidores ativos que irão se aposentar – e pensionistas.

**Tabela 5.3** (valores em reais)

<b>Benefício</b>	<b>Plano Previdenciário</b>
<b>Total</b>	<b>2.536.212.230,68</b>
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>1.527.190.119,55</b>
Aposentadoria Normal	1.306.085.019,68
Pensão decorrente da Aposentadoria Normal	207.013.533,03
Aposentadoria por Invalidez	4.273.203,47
Pensão decorrente da Aposentadoria por Invalidez	587.940,42
Pensão já concedida	9.230.422,94
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>1.009.022.111,13</b>
Aposentadoria Normal	708.503.891,50
Pensão decorrente da Aposentadoria Normal	153.123.084,48
Aposentadoria por Invalidez	23.559.517,15
Pensão decorrente da Aposentadoria por Invalidez	4.159.512,16
Pensão já concedida	119.676.105,84

O Valor Presente dos Benefícios Futuros da população estudada foi calculado em 2.536.212.230,68.

## 5.3 Valor Presente dos Salários Futuros

O Valor Presente dos Salários Futuros é o valor dos salários futuros dos servidores ativos trazido para o presente.

Utilizando o Salário de Contribuição, foi encontrado o Valor Presente dos Salários Futuros (VPSF) no valor de R\$ 1.749.244.435,50.

#### 5.4 Valor Presente das Contribuições Futuras

O Valor Presente das Contribuições Futuras é o valor de todas as contribuições futuras, a serem pagas pelos servidores e pelo Ente, trazidas para o presente.

A receita de contribuições futuras utilizadas para capitalização equivale a R\$ 452.073.895,13.

**Tabela 5.4** (valores em reais)

<b>Contribuintes</b>	<b>Plano Previdenciário</b>
<b>Total</b>	<b>595.338.715,76</b>
<b>Patronal</b>	<b>384.833.775,81</b>
sobre ativos	384.833.775,81
sobre inativos	0,00
sobre pensão	0,00
<b>Ativos</b>	<b>201.586.905,20</b>
em atividade	192.416.887,90
em benefício	9.170.017,30
aposentadoria	8.186.118,29
pensão	983.899,01
<b>Inativos</b>	<b>6.860.323,65</b>
Programadas	6.826.191,99
Invalidez	34.131,66
<b>Pensões</b>	<b>2.057.711,11</b>
De atuais aposentadorias	1.186.712,59
Já concedidas	870.998,52

### 5.5. Plano de Custeio – Método Agregado

Os benefícios programados (aposentadoria programada e pensão dela decorrente) foram financiados por Capitalização pelo método Agregado. Os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão originada dessa Aposentadoria e Pensão decorrente de servidor ativo foram financiados pelo Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.

O Custo Total calculado é de 109,42% sobre a folha mensal dos servidores ativos efetivos, já consideradas as contribuições dos inativos e pensionistas em 11% conforme normas da Emenda Constitucional nº 41/03.

O quadro seguinte discrimina os custos, detalhadamente, por evento.

**Tabela 5.5**

<b>Tipo de Evento</b>	<b>Custo Normal</b>	<b>Custo Suplementar</b>
Aposentadoria Programada	65,83%	0,00%
Pensão decorrente da Aposentadoria Programada	10,45%	0,00%
Aposentadoria por Invalidez	1,73%	0,00%
Pensão decorrente da Aposentadoria por Invalidez	0,24%	0,00%
Pensão por Morte de Ativo	3,74%	0,00%
Salário Família	0,07%	0,00%
Auxílio Reclusão	0,03%	0,00%
Riscos Expirados	0,00%	24,94%
Sub – Total	82,09%	24,94%
Despesas Administrativas		2,38%
<b>Custo Total</b>		<b>109,42%</b>

Base: folha de contribuição dos ativos R\$ 19.640.877,28.



## 5.6. Plano de Custeio – Método PUC

Os benefícios programados (aposentadoria programada e pensão dela decorrente) foram financiados por Capitalização pelo método do Crédito Unitário Projetado. Os benefícios de invalidez e pensão foram financiados pelo Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.

O Custo Total calculado é de 77,86%, sobre a folha mensal dos servidores ativos efetivos deste Plano, já consideradas as contribuições dos inativos e pensionistas em 11% conforme normas da Emenda Constitucional nº 41/03.

O quadro seguinte discrimina os custos, detalhadamente, por evento.

**Tabela 5.6**

Tipo de Evento	Custo Normal	Custo Suplementar
Aposentadoria Programada	17,73%	24,96%
Pensão decorrente da Aposentadoria Programada	2,86%	3,90%
Aposentadoria por Invalidez	1,73%	0,00%
Pensão decorrente da Aposentadoria por Invalidez	0,24%	0,00%
Pensão por Morte de Ativo	3,74%	0,00%
Salário Família	0,07%	0,00%
Auxílio Reclusão	0,03%	0,00%
Riscos Expirados	0,00%	20,23%
Sub – Total	26,39%	49,09%
Despesas Administrativas		2,38%
<b>Custo Total</b>		<b>77,86%</b>

Base: folha de contribuição dos ativos: R\$ 19.640.877,28.

## 5.7. Reservas Matemáticas e Saldo Atuarial

### a) Reservas Matemáticas

As Reservas Matemáticas são os montantes calculados em uma determinada data destinados a pagamentos futuros de benefícios, considerando o plano de benefícios em vigor e o plano de custeio. O valor total das Reservas Matemáticas é o resultado da soma das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e das Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder, como mostra a tabela a seguir.

**Tabela 5.7** (valores em reais)

	Valor
<b>(=) Reservas Matemáticas</b>	<b>1.816.425.545,65</b>
<b>(+) Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder</b>	<b>933.302.984,65</b>
(+) VP Obrigações com Benefícios a Conceder	1.513.098.552,72
(-) VPCF Patronal capitalização	313.201.365,49
(-) VPCF Servidor ativo capitalização	120.784.477,59
(-) VPCF aposentados capitalização	8.186.118,29
(-) VPCF pensionistas capitalização	983.899,01
(-) VP COMPREV a receber	136.639.707,69
<b>(+) Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos</b>	<b>883.122.561,00</b>
(+) VP Obrigações com Benefícios de Capitalização	1.009.022.111,13
(-) VPCF Patronal	0,00
(-) VPCF Aposentados	6.860.323,65
(-) VPCF Pensões	2.057.711,11
(-) VP COMPREV a receber	116.981.515,38

VP = Valor Presente

### b) Saldo Atuarial

A tabela a seguir apresenta o Saldo Atuarial que é o resultado da subtração do valor do Patrimônio Constituído do valor total das Reservas Matemáticas. O valor desse saldo implicará em Déficit ou Superávit Atuarial.

**Tabela 5.8**

Fator	Valor
(+) Reservas Matemáticas	1.816.425.545,65
(-) Patrimônio Constituído	28.867.368,03
(=) Déficit Atuarial	1.787.558.177,62
Reservas de Contingência	0,00
Reservas para ajuste do plano	0,00

Valores em reais

A existência de Déficit Atuarial torna necessário que sejam efetuadas modificações no plano para que seja alcançado e preservado o equilíbrio atuarial. O Patrimônio é suficiente para cobrir 1,59% das Reservas Matemáticas. Isto significa que 98,41% das Reservas Matemáticas estão descobertas.

### 5.8. Equacionamento do déficit

Conforme a Portaria nº 403/2008, artigo 18:

*Art. 18. No caso da avaliação indicar déficit atuarial deverá ser apresentado no Parecer Atuarial plano de amortização para o seu equacionamento.*

*§ 1º O plano de amortização deverá estabelecer um prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos para que sejam acumulados os recursos necessários para a cobertura do déficit atuarial.*

*§ 2º O plano de amortização poderá ser revisto nas reavaliações atuariais anuais, respeitando sempre o período remanescente para o equacionamento, contado a partir do marco inicial estabelecido pela implementação do plano de amortização inicial.*

Sendo assim, a tabela abaixo apresenta propostas para o financiamento do déficit, a partir de parcelas mensais, com prazo máximo de 35 anos e dividido em intervalos de 5 anos, conforme a Legislação citada, desde que mantidas as

contribuições atuais do Ente, do servidor ativo e dos inativos e pensionistas. Conforme aumenta o prazo de financiamento, menor será o valor inicial da parcela mensal a ser paga.

O valor da parcela deverá ser atualizado mensalmente conforme a variação do INPC. A taxa de juros anuais de 6,0% ao ano já está incluída no valor da parcela.

**Tabela 5.9**

<b>Prazo de financiamento</b>	<b>Valor inicial da parcela mensal</b>
5 anos	34.426.552,65
10 anos	19.703.185,93
15 anos	14.931.367,99
20 anos	12.643.257,17
25 anos	11.344.216,80
30 anos	10.535.339,09
35 anos	10.002.393,39

## 6. Política de Investimentos

Em conformidade com a Política Anual de Investimentos para 2015 do RPPS, os recursos financeiros deverão ser aplicados de forma a buscar um retorno igual ou superior ao INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a., observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos atuariais.

A Avaliação Atuarial encontra-se alinhada com as exigências da Política Anual de Investimentos para 2015 utilizando uma taxa de juros de 6% a.a. e o índice INPC.

## 7. Rentabilidade dos Investimentos

Com base no Resultado das aplicações financeiras após as movimentações, fornecido pelo RPPS e relativo aos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, a rentabilidade da carteira teve o retorno conforme as tabelas a seguir:

**Tabela 7.1**

Exercício	Retorno (%)	INPC + 6% a.a. (meta atuarial)	Status da meta
2011	16,78%	12,44%	134,89%
2012	23,22%	12,57%	184,73%
2013	7,29%	11,90%	61,26%
2014	13,08%	12,63%	103,56%

De acordo com a tabela é possível constatar que a meta atuarial foi ultrapassada nos anos de 2011, 2012 e 2014. No ano de 2014 a rentabilidade alcançou 103,56% da meta.

## 8. Parecer Atuarial

---

A base de dados utilizada na avaliação atuarial possui qualidade suficiente para a realização dos cálculos atuariais. É recomendável dar prosseguimento às medidas já adotadas visando o controle das informações, inclusive o monitoramento da ocorrência de óbitos e invalidez. Foram utilizados, para este estudo, os dados dos servidores estatutários dos Poderes Executivo e Legislativo do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Petrópolis.

A taxa de crescimento salarial foi calculada a partir do salário médio por faixa etária e por tempo como servidor do Município, a partir do qual foi traçada uma linha de tendência através de um modelo de regressão linear, levando em consideração a expectativa de inflação nos próximos 5 anos como sendo de 4,5%. A taxa real de crescimento salarial por faixa etária encontrada foi de -3,3628%, enquanto a taxa por tempo na Prefeitura encontrada foi de -3,7733%. Ambas as taxas são inferiores à taxa mínima aceita de 1,00% ao ano definida na Legislação Federal. Por este motivo, foi aplicada a taxa mínima de 1,00% ao ano.

A Taxa Real Anual de Crescimento dos Benefícios foi considerada como 0,0% ao ano. Os benefícios que têm seu reajuste pelas regras de paridade têm a mesma taxa média esperada de crescimento dos salários. Como a estimativa da taxa real anual de crescimento salarial é um valor negativo, o valor da Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios destes benefícios foi considerado 0,0%. Os benefícios que não se enquadram nas regras de paridade de reajuste têm seus valores evoluídos conforme a inflação. Por este motivo seu crescimento real é zero.

A taxa real anual de juros adotada equivale a 6,00% a.a. conforme Política de Investimentos do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Petrópolis - INPAS estando dentro do limite máximo permitido pela legislação federal.

A Política de Investimentos também informa que a meta atuarial é composta pelo valor do INPC e juros de 6,00% a.a.. A rentabilidade do exercício de 2014 foi de 13,08% representando 103,56% da meta atuarial.

Os cálculos foram realizados considerando a existência de Patrimônio Líquido no valor de R\$ 28.867.368,03. A Compensação previdenciária a receber foi estimada em R\$ 253.621.223,07, cujo valor foi limitado a 10% das obrigações do plano, de acordo com o § 5º do Art. 11 da Portaria MPS nº 403/2008.

As Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder têm o valor de R\$ 933.302.984,65. As Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos têm o valor de R\$ 883.122.561,00. As Reservas Matemáticas têm o valor de R\$ 1.816.425.545,65. O Déficit Atuarial é de R\$ 1.787.558.177,62. O valor de Patrimônio Líquido cobre 1,59% das Reservas Matemáticas.

Foi encontrado o custo mensal de 109,42% sobre a folha dos servidores ativos, já descontadas as contribuições de inativos e pensionistas e utilizando o Método Agregado. Este custo é composto pelo Custo Normal de 82,09%, Custo Suplementar de 24,94% e Custo Administrativo de 2,38%.

O valor do déficit atuarial pode ser financiado pelo prazo máximo de 35 anos, conforme Art. 18 da Portaria MPS 403/08, com parcelas mensais iniciando com o valor de R\$ 10.002.393,39, a ser atualizado mensalmente conforme a variação do INPC e pelo equivalente mensal à taxa de juros de 6% a.a.

As hipóteses biométricas utilizadas neste estudo, compreende mais Tábuas de Probabilidades de Mortalidade Geral (IBGE-2012), de Mortalidade de Inválidos (IBGE-2012), de entrada em invalidez permanente e de morbidez (Álvaro Vindas), enquanto as hipóteses financeiras são compostas pela Taxa de Inflação (INPC), Taxa Real Anual de Retorno de Investimentos (taxa de juros de 6% a.a.), Taxa Real Anual de Crescimento Salarial (1% a.a.), Taxa Real Anual de Crescimento do Benefício (0% a.a.) e Taxa de Despesas Administrativas (2,00%).

Os benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Aposentadoria por Idade, Aposentadoria Compulsória e Pensão por Morte de Inativos são financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização, sendo utilizado o Método Agregado. Já os benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte de Ativos são financiados pelo Regime de Capitais de Cobertura, enquanto o Auxílio-reclusão e Salário-Família são financiados pelo Regime de Repartição Simples.

Diante destes resultados, é recomendável que sejam efetuadas alterações no Plano de Custeio de modo a garantir a solvência do Plano de Benefícios.

O déficit atuarial apurado deve ser amortizado através de parcelamento a prazo fixo de, no máximo, 35 anos, conforme descrito no item 5.8 deste relatório, ou através de aumento da alíquota de contribuição ou estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar, cujos custos encontram-se nos itens 5.5 e 5.6 deste relatório.


A Prefeitura Municipal deve demonstrar que a solução escolhida para equacionar o Déficit Atuarial é viável sob as óticas orçamentária, financeira e de limite de despesas com pessoal determinados na Lei Complementar nº 101, conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal ou LRF. A solução escolhida para o equacionamento do déficit deverá ser estabelecida em Lei. Caso seja comprovada a inviabilidade de todas as soluções apontadas neste relatório, e somente neste caso, é recomendável que seja realizado um estudo de equacionamento por segregação de massas.

Recomendamos que a Prefeitura Municipal avalie a possibilidade de realização de aportes não financeiros ao RPPS de forma a suavizar o equacionamento do Déficit Atuarial. Tais ativos não financeiros poderão ser imóveis, recebíveis ou outros, desde que apresentem potencial para gerar rendas compatíveis com as metas do RPPS.





Os resultados apresentados neste documento são sensíveis a variações de hipótese e da base cadastral. Alterações futuras nas experiências observadas, como crescimento salarial, taxa real anual de retorno de investimentos, índices de mortalidade e invalidez e regras de concessão de benefícios implicarão em alterações substanciais nos resultados atuariais. Por este motivo o plano de previdência deverá sofrer acompanhamento com realização de Avaliações Atuariais ao menos uma vez por ano.

  
**Julio Machado Passos**  
**Atuário MIBA 1.275**

## Anexo I

### Comparativo entre Avaliações Atuariais

**Tabela anexo 1.1**

Dados		Dez/2013	Dez/2014	Variação
Quantidade	ativos	6.162	6.820	10,68%
	inativos	1.808	1.891	4,59%
	pensionistas	651	662	1,69%
Folha mensal (R\$)	ativos (SRC)	17.719.426,63	19.640.877,28	10,84%
	ativos (SRB)	17.719.426,63	16.197.655,63	-8,59%
	inativos	5.090.578,10	5.800.441,09	13,94%
	pensionistas	987.290,17	1.084.816,90	9,88%
Valor médio (R\$)	ativos (SRC)	2.875,60	2.879,89	0,15%
	ativos (SRB)	2.875,59	2.375,02	-17,41%
	inativos	2.815,59	3.067,39	8,94%
	pensionistas	1.516,57	1.638,70	8,05%

**Tabela anexo 1.2**

Dados		Dez/2012	Dez/2014	variação
Quantidade	ativos	6.997	6.820	-2,53%
	inativos	1.693	1.891	11,70%
	pensionistas	667	662	-0,75%
Folha mensal (R\$)	ativos	21.248.760,00	19.640.877,28	-7,57%
	inativos	11.597.425,23	5.800.441,09	-49,99%
	pensionistas	4.465.284,05	1.084.816,90	-75,71%
Valor médio (R\$)	ativos	964.746,82	2.879,89	-99,70%
	inativos	3.036,84	3.067,39	1,01%
	pensionistas	1.657,49	1.638,70	-1,13%

**Tabela anexo 1.3**

Dados		Dez/2011	Dez/2014	variação
Quantidade	ativos	6.036	6.820	12,99%
	inativos	1.640	1.891	15,30%
	pensionistas	654	662	1,22%

Folha mensal (R\$)	ativos	15.187.273,75	19.640.877,28	29,32%
	inativos	14.605.773,72	5.800.441,09	-60,29%
	pensionistas	3.798.424,81	1.084.816,90	-71,44%
Valor médio (R\$)	ativos	830.930,68	2.879,89	-99,65%
	inativos	2.516,12	3.067,39	21,91%
	pensionistas	2.419,78	1.638,70	-32,28%

Quadros comparativos de resultados e patrimônio:

**Tabela anexo 1.4**

Fator \ dados	Dez/2013	Dez/2014	variação
Obrigações do Plano - total	2.269.297.378,10	2.536.212.230,68	11,76%
Valor Presente das Contribuições Futuras	592.289.730,99	595.338.715,76	0,51%
Reservas Matemáticas	1.791.468.620,76	1.816.425.545,65	1,39%
Patrimônio Constituído	27.939.824,48	28.867.368,03	3,32%
Compensação Previdenciária a receber	179.601.304,53	253.621.223,07	41,21%
Déficit Atuarial	1.583.927.491,75	1.787.558.177,62	12,86%

**Tabela anexo 1.5**

Fator \ dados	Dez/2012	Dez/2014	variação
Obrigações do Plano - total	1.795.921.103,24	2.536.212.230,68	41,22%
Valor Presente das Contribuições Futuras	639.340.434,49	595.338.715,76	-6,88%
Reservas Matemáticas	1.149.202.865,35	1.816.425.545,65	58,06%
Patrimônio Constituído	23.307.563,57	28.867.368,03	23,85%
Compensação Previdenciária a receber	179.592.110,32	253.621.223,07	41,22%
Déficit Atuarial	946.303.191,45	1.787.558.177,62	88,90%

**Tabela anexo 1.6**

Fator \ dados	Dez/2011	Dez/2014	variação
Obrigações do Plano - total	2.061.511.069,28	2.536.212.230,68	23,03%
Valor Presente das Contribuições Futuras	417.893.239,56	595.338.715,76	42,46%
Reservas Matemáticas	1.635.033.416,43	1.816.425.545,65	11,09%
Patrimônio Constituído	17.622.476,14	28.867.368,03	63,81%
Compensação Previdenciária a receber	176.607.016,52	253.621.223,07	43,61%
Déficit Atuarial	1.440.803.923,77	1.787.558.177,62	24,07%

## Anexo II

### Projeção Atuarial

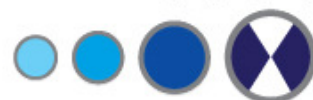
Modelo em conformidade com Portaria MPS nº 403/08

**Tabela anexo 2.1**

Ano	Receitas de contribuição	Receitas de COMPREV	Total de Receitas	Despesas Previdenciárias	Saldo	Saldo Acumulado
2015	71.915.423,52	16.777.575,73	88.692.999,25	116.821.354,42	(28.128.356,17)	739.011,86
2016	68.861.335,62	16.864.224,78	85.725.560,40	121.361.859,85	(35.636.300,50)	(34.897.288,64)
2017	65.844.338,42	12.610.973,77	78.455.312,20	126.021.736,50	(47.566.425,43)	(82.463.714,07)
2018	62.408.613,65	13.254.502,21	75.663.115,87	131.200.986,39	(55.537.871,71)	(138.001.585,78)
2019	59.179.196,62	13.947.845,02	73.127.041,64	136.002.451,61	(62.875.411,23)	(200.876.997,02)
2020	55.732.255,43	14.741.620,83	70.473.876,25	140.965.238,63	(70.491.363,71)	(271.368.360,73)
2021	52.547.206,34	15.461.938,97	68.009.145,30	145.258.833,64	(77.249.689,75)	(348.618.050,48)
2022	48.684.418,09	16.448.189,63	65.132.607,73	151.517.522,19	(86.384.915,96)	(435.002.966,44)
2023	44.748.051,09	17.373.861,32	62.121.912,42	157.241.944,84	(95.120.034,02)	(530.123.000,47)
2024	41.247.406,00	18.271.831,34	59.519.237,34	162.437.153,21	(102.917.917,56)	(633.040.918,03)
2025	38.024.369,74	13.764.764,86	51.789.134,60	166.910.309,69	(115.121.176,88)	(748.162.094,91)
2026	34.474.211,12	14.371.264,88	48.845.476,00	172.132.893,59	(123.287.419,49)	(871.449.514,40)
2027	31.129.439,10	14.940.704,60	46.070.143,71	176.653.878,07	(130.583.736,37)	(1.002.033.250,77)
2028	27.738.549,41	15.490.433,78	43.228.983,18	181.272.179,07	(138.043.198,02)	(1.140.076.448,78)
2029	25.048.824,68	15.870.378,82	40.919.203,50	184.216.071,52	(143.296.870,29)	(1.283.373.319,07)
2030	22.127.964,05	16.307.263,76	38.435.227,81	187.387.671,29	(148.952.445,88)	(1.432.325.764,95)
2031	19.442.693,09	16.670.167,01	36.112.860,10	190.054.034,46	(153.941.176,89)	(1.586.266.941,85)
2032	16.955.637,16	16.966.803,39	33.922.440,55	192.138.080,09	(158.215.642,23)	(1.744.482.584,08)
2033	14.716.306,10	17.169.898,85	31.886.204,96	193.419.526,35	(161.533.324,25)	(1.906.015.908,33)
2034	13.039.660,58	17.278.569,11	30.318.229,69	193.349.040,67	(163.030.814,00)	(2.069.046.722,33)
2035	11.508.673,40	17.327.208,73	28.835.882,13	192.878.677,34	(164.042.798,41)	(2.233.089.520,74)
2036	10.200.014,79	17.228.117,69	27.428.132,48	191.368.506,35	(163.940.377,27)	(2.397.029.898,01)
2037	8.821.311,43	17.187.533,69	26.008.845,12	190.082.469,37	(164.073.627,86)	(2.561.103.525,86)
2038	7.552.546,10	17.126.957,82	24.679.503,92	188.456.551,96	(163.777.051,86)	(2.724.880.577,73)
2039	6.299.865,24	16.994.552,77	23.294.418,01	186.506.191,62	(163.211.777,66)	(2.888.092.355,38)
2040	5.354.744,79	16.756.707,24	22.111.452,02	183.648.774,90	(161.537.327,17)	(3.049.629.682,56)
2041	4.346.219,57	16.518.093,85	20.864.313,42	180.819.803,96	(159.955.495,10)	(3.209.585.177,66)
2042	3.395.158,99	16.277.354,85	19.672.513,84	177.795.638,35	(158.123.129,33)	(3.367.708.306,99)
2043	2.545.321,79	15.944.054,86	18.489.376,65	174.013.373,87	(155.524.002,33)	(3.523.232.309,32)
2044	1.831.101,97	15.574.488,93	17.405.590,90	170.194.935,64	(152.789.350,16)	(3.676.021.659,48)
2045	1.484.369,97	15.057.235,12	16.541.605,09	165.095.157,19	(148.553.557,85)	(3.824.575.217,32)
2046	1.144.743,57	14.534.426,21	15.679.169,79	159.830.520,67	(144.151.356,98)	(3.968.726.574,30)



Ano	Receitas de contribuição	Receitas de COMPREV	Total de Receitas	Despesas Previdenciárias	Saldo	Saldo Acumulado
2047	855.145,99	13.967.815,72	14.822.961,71	154.391.848,27	(139.568.893,01)	(4.108.295.467,31)
2048	594.171,61	13.397.130,68	13.991.302,29	148.770.529,51	(134.779.234,06)	(4.243.074.701,37)
2049	418.662,29	12.801.884,87	13.220.547,16	142.918.733,00	(129.698.193,09)	(4.372.772.894,46)
2050	328.432,37	12.172.981,17	12.501.413,54	136.696.403,20	(124.194.997,34)	(4.496.967.891,80)
2051	268.941,44	11.540.171,56	11.809.112,99	130.410.635,16	(118.601.530,32)	(4.615.569.422,12)
2052	227.621,66	10.913.968,62	11.141.590,28	124.080.179,71	(112.938.598,06)	(4.728.508.020,18)
2053	187.756,94	10.296.207,07	10.483.964,01	117.776.258,47	(107.292.303,62)	(4.835.800.323,81)
2054	158.547,24	9.685.877,48	9.844.424,72	111.495.175,81	(101.650.760,80)	(4.937.451.084,60)
2055	141.237,38	9.081.599,11	9.222.836,49	105.244.549,42	(96.021.723,22)	(5.033.472.807,83)
2056	128.334,42	8.489.733,98	8.618.068,40	99.069.797,05	(90.451.739,55)	(5.123.924.547,38)
2057	116.201,33	7.913.982,59	8.030.183,92	92.997.100,79	(84.966.928,42)	(5.208.891.475,80)
2058	104.856,65	7.355.172,27	7.460.028,92	87.042.179,04	(79.582.162,38)	(5.288.473.638,18)
2059	94.308,84	6.814.381,48	6.908.690,32	81.221.094,45	(74.312.417,11)	(5.362.786.055,29)
2060	84.558,47	6.292.554,80	6.377.113,27	75.549.538,61	(69.172.439,11)	(5.431.958.494,40)
2061	75.596,51	5.790.597,90	5.866.194,41	70.042.391,23	(64.176.211,42)	(5.496.134.705,82)
2062	67.404,45	5.309.415,26	5.376.819,71	64.713.655,56	(59.336.851,31)	(5.555.471.557,13)
2063	59.958,48	4.849.813,20	4.909.771,68	59.576.323,03	(54.666.567,74)	(5.610.138.124,87)
2064	53.224,38	4.412.480,37	4.465.704,74	54.641.405,48	(50.175.718,11)	(5.660.313.842,98)
2065	47.159,77	3.997.911,24	4.045.071,00	49.917.553,24	(45.872.500,65)	(5.706.186.343,63)
2066	41.720,75	3.606.412,46	3.648.133,21	45.411.123,93	(41.763.010,24)	(5.747.949.353,87)
2067	36.867,74	3.238.222,87	3.275.090,61	41.126.710,06	(37.851.640,14)	(5.785.800.994,02)
2068	32.559,22	2.893.407,40	2.925.966,61	37.068.173,51	(34.142.228,83)	(5.819.943.222,85)
2069	28.742,99	2.571.956,91	2.600.699,91	33.238.752,05	(30.638.075,40)	(5.850.581.298,25)
2070	25.352,71	2.273.735,73	2.299.088,44	29.639.791,34	(27.340.727,56)	(5.877.922.025,81)
2071	22.321,67	1.998.348,69	2.020.670,36	26.271.056,09	(24.250.411,86)	(5.902.172.437,66)
2072	19.597,07	1.745.337,97	1.764.935,05	23.132.763,28	(21.367.855,93)	(5.923.540.293,59)
2073	17.146,98	1.514.188,59	1.531.335,57	20.225.698,36	(18.694.392,14)	(5.942.234.685,73)
2074	14.958,12	1.304.266,91	1.319.225,04	17.549.938,89	(16.230.744,97)	(5.958.465.430,71)
2075	13.022,79	1.114.879,87	1.127.902,66	15.104.458,25	(13.976.588,57)	(5.972.442.019,28)
2076	11.326,88	945.242,91	956.569,78	12.887.525,78	(11.930.990,97)	(5.984.373.010,24)
2077	9.845,80	794.464,28	804.310,08	10.896.895,24	(10.092.622,23)	(5.994.465.632,47)
2078	8.544,61	661.572,78	670.117,39	9.128.673,24	(8.458.595,14)	(6.002.924.227,61)
2079	7.384,42	545.526,63	552.911,04	7.575.487,29	(7.022.617,89)	(6.009.946.845,50)
2080	6.335,18	445.231,23	451.566,41	6.226.134,00	(5.774.611,73)	(6.015.721.457,23)
2081	5.380,34	359.521,08	364.901,42	5.066.948,05	(4.702.093,42)	(6.020.423.550,65)
2082	4.513,94	287.144,98	291.658,92	4.083.101,33	(3.791.492,01)	(6.024.215.042,67)
2083	3.735,40	226.773,39	230.508,79	3.258.003,98	(3.027.547,77)	(6.027.242.590,44)
2084	3.044,63	177.014,98	180.059,61	2.572.867,81	(2.392.863,93)	(6.029.635.454,37)



Ano	Receitas de contribuição	Receitas de COMPREV	Total de Receitas	Despesas Previdenciárias	Saldo	Saldo Acumulado
2085	2.440,86	136.469,05	138.909,90	2.008.364,84	(1.869.514,02)	(6.031.504.968,39)
2086	1.923,25	103.790,81	105.714,06	1.546.814,64	(1.441.163,20)	(6.032.946.131,59)
2087	1.490,53	77.734,91	79.225,43	1.173.154,46	(1.093.995,40)	(6.034.040.126,99)
2088	1.137,26	57.178,94	58.316,20	874.492,34	(816.246,50)	(6.034.856.373,50)
2089	852,38	41.150,81	42.003,19	639.266,30	(597.337,69)	(6.035.453.711,19)
2090	625,43	28.840,79	29.466,23	457.042,44	(427.655,27)	(6.035.881.366,46)

## Anexo III

Tábua de Mortalidade IBGE-2012, retirada do site do MPS.

x	q <sub>x</sub>
0	0,01569440
1	0,00098302
2	0,00062908
3	0,00047663
4	0,00038964
5	0,00033354
6	0,00029539
7	0,00026956
8	0,00025373
9	0,00024757
10	0,00025241
11	0,00026632
12	0,00030506
13	0,00036744
14	0,00050846
15	0,00080252
16	0,00099845
17	0,00117253
18	0,00130901
19	0,00141414
20	0,00151793
21	0,00162117
22	0,00169344
23	0,00172737
24	0,00173324
25	0,00172584
26	0,00172243
27	0,00173054
28	0,00175915
29	0,00180445
30	0,00185636
31	0,00190836
32	0,00196425
33	0,00202321

x	q <sub>x</sub>
34	0,00208818
35	0,00216364
36	0,00225357
37	0,00235932
38	0,00248325
39	0,00262614
40	0,00278551
41	0,00296380
42	0,00316742
43	0,00339935
44	0,00365845
45	0,00394157
46	0,00424677
47	0,00457557
48	0,00492801
49	0,00530547
50	0,00571164
51	0,00614714
52	0,00660993
53	0,00710046
54	0,00762210
55	0,00818885
56	0,00879841
57	0,00943671
58	0,01010126
59	0,01080610
60	0,01156412
61	0,01240259
62	0,01334789
63	0,01442236
64	0,01562583
65	0,01692857
66	0,01833967
67	0,01991036



x	q <sub>x</sub>
68	0,02166554
69	0,02360559
70	0,02569214
71	0,02794002
72	0,03042084
73	0,03317314
74	0,03619864
75	0,03945642
76	0,04295384
77	0,04676589
78	0,05093577
79	0,05548393
80	0,05982239
81	0,06439337
82	0,06923006
83	0,07437108
84	0,07986173
85	0,08575553
86	0,09211632
87	0,09902083
88	0,10656223
89	0,11485477

x	q <sub>x</sub>
90	0,12404006
91	0,13429573
92	0,14584741
93	0,15898585
94	0,17409142
95	0,19167026
96	0,21240844
97	0,23725468
98	0,26754883
99	0,30522318
100	0,35311373
101	0,41540557
102	0,49808194
103	0,60841783
104	0,74920851
105	0,89694772
106	0,98465670
107	0,99972830
108	0,99999992
109	1,00000000
110	1,00000000
111	1,00000000



## Anexo IV

### Provisões Matemáticas Previdenciárias a longo prazo

<b>código</b>	<b>conta</b>	<b>valor</b>
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.816.425.545,65
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.816.425.545,65
2.2.7.2.1.01.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.06	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00
2.2.7.2.1.02.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.05	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	883.122.561,00
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	1.009.022.111,13
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	6.860.323,65
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2.057.711,11
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	116.981.515,38
2.2.7.2.1.03.06	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	933.302.984,65
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	1.513.098.552,72
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	313.201.365,49
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	129.954.494,89
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	136.639.707,69
2.2.7.2.1.04.05	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	0,00
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	0,00
2.2.7.2.1.06.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	0,00
2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	0,00
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	0,00
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	0,00
2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	0,00
2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	0,00
2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	0,00
2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	0,00